

A GESTÃO ESCOLAR REFÉM DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA.

The Management School Hostage of External Reviews Large Scale.

La Gestión Escolar Rehén de los Resultados de La Evaluaciones a Gran Escala.

Luiz Carlos Gesqui¹

RESUMO: As avaliações educacionais em larga escala buscam contribuir com a gestão das escolas, fornecendo-lhes, por exemplo, informações referentes ao fluxo e desempenho escolar dos alunos. Busca com isso impulsionar a qualidade educacional expressa em seus indicadores. Todavia, observou-se, por meio de participações em reuniões pedagógicas em quatro escolas públicas paulistas de ensino regular, no período de 2008 a 2011, que os resultados obtidos nessas avaliações são determinantes na definição de práticas escolares efetivadas por gestores escolares e docentes no cotidiano escolar. Imprensa, instâncias administrativas superiores, pares e comunidade escolar pressionam estes profissionais pelo cumprimento das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) anualmente estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) e, em função dessa pressão, as práticas escolares mais recorrentes efetivadas são o excessivo uso dos simulados das avaliações externas e a promoção dos alunos para a série seguinte a partir do registro de sua frequência dentro dos limites legalmente estabelecidos. O controle promovido pela difusão das avaliações em larga escala produz e referencia práticas escolares que depõem contra o processo de ensino e aprendizagem e transforma gestores escolares e docentes em reféns dos resultados destas avaliações.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Gestão escolar. Escola pública.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem questionando, em especial nas últimas décadas, a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado, bem como reivindicando uma participação mais efetiva na tomada de decisão sobre estes serviços. Com a educação ocorre o mesmo e, apesar de ela ser um direito constitucional, ainda é vista por significativa parcela da população apenas como um serviço. Nesse sentido, a equipe responsável pela gestão educacional no âmbito da escola depara-se com o dilema cotidiano de atender às determinações de instâncias administrativas superiores – pautadas principalmente em indicadores estatísticos – e atender aos anseios populares – pautados principalmente em informações limitadas e amplamente divulgadas em diferentes meios de comunicação.

Isto posto, este artigo tem o objetivo de trazer à discussão informações obtidas a partir do acompanhamento sistemático de reuniões pedagógicas em escolas da rede pública paulista de ensino regular que apontam para o fato dos gestores educacionais, no âmbito da escola,

¹ **Luiz Carlos Gesqui:** Doutor em Educação pelo Programa EHPS da PUC-SP. Professor no Mestrado Profissional em Educação do Centro Universitário de Araraquara-UNIARA. Membro do grupo de pesquisa “Organização e Gestão de Instituições Educacionais”. E-mail: lgesqui@gmail.com.

mostrarem-se reféns dos resultados das avaliações externas em larga escala – expressos, neste caso, no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP)- ao utilizá-lo como justificativa por optar pela utilização de práticas escolares que supostamente podem contribuir para o cumprimento das metas anualmente estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), mas comprovadamente depõem contra o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

De fato, a utilização dos indicadores estatísticos no campo educacional brasileiro ocupa, a partir das últimas décadas do século passado, lugar de destaque na proposição, implantação, discussão, acompanhamento, análise, encerramento, continuidade e, de modo especial, na divulgação dos resultados de políticas educacionais e, com as políticas voltadas à qualidade educacional não tem sido diferente. Entretanto – em função principalmente do atrelamento destes indicadores a mecanismos de responsabilização, punição e premiação dos profissionais envolvidos – importantes contribuições da utilização destes indicadores por parte dos gestores educacionais no âmbito da escola não têm recebido a devida atenção. Entretanto, como destacado anteriormente, as escolas são atualmente fonte de inúmeros questionamentos por parte de pais, alunos, sociedade e imprensa em geral quanto ao cumprimento desses serviços prestados por elas. Dentre os mais variados questionamentos, merecem destaque os referentes aos resultados de aprendizagem desses alunos, expressos nos indicadores oficiais das avaliações educacionais externas.

O que esses números apresentados indicam? Revelam efetiva aprendizagem dos alunos? Contribuem para o trabalho realizado na escola? Essas são questões recorrentes nos ambientes escolares e imprensa de modo geral. Entretanto, este artigo tem como objetivo destacar outra questão, igualmente importante, porém pouco discutida: qual a utilização, por parte dos gestores educacionais e no cotidiano das escolas, dos resultados das avaliações externas em larga escala expressos nos indicadores estatísticos e apresentados nos documentos oficiais que chegam às escolas e são utilizados nos momentos de formação em serviço? Dito de outro modo, os indicadores estatísticos do campo educacional que chegam à escola constituem-se em instrumentos que contribuem com a gestão educacional na busca por uma educação pública de qualidade ou apenas ilustram o que Oliveira e Adrião (2007) definem como gestão educacional no âmbito da escola, isto é, a escola simplesmente executa determinações oriundas de instâncias administrativas superiores.

Para investigar esta questão, foi analisada parte das informações obtidas com a participação em diversas reuniões pedagógicas realizadas em várias escolas da rede pública

Paulista de ensino regular no período de 2008 a 2011, cujo tema central era a análise, por parte de cada escola, dos indicadores do IDESP e a definição de ações para a melhoria desses indicadores. Busco, posteriormente, uma possível relação entre as práticas escolares propostas e utilizadas pela escola com vistas à melhoria do IDESP com a materialização do exacerbado controle praticado pelo Estado sobre o trabalho realizado na escola.

Dois argumentos são utilizados para abordar tais aspectos: 1) os profissionais da educação envolvidos com o IDESP e seus desdobramentos são continuamente pressionados – por diferentes segmentos e de diferentes formas – para o cumprimento das metas IDESP anualmente propostas pela SEE-SP; 2) afora as informações disponibilizadas pelo IDESP, a maioria dos dados utilizados pelas escolas em reuniões pedagógicas pauta-se em poucos e limitados registros, isto é, insuficientes para a definição de práticas escolares minimamente confiáveis.

O CENÁRIO

Sem dúvidas a universalização do acesso à escola alcançou, nas últimas décadas, índices expressivos, e a escola pública tem papel fundamental neste fato, uma vez que o Censo Escolar de 2013, por exemplo, aponta que dos 50,4 milhões de alunos matriculados na educação básica, 41,3 milhões, ou 82,6% estava matriculado na rede pública (TOKARNIA, 2014). A atual Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) afirma em um de seus artigos dedicados ao tema “Educação” que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, posteriormente estabelece que o ensino seja ministrado com base em princípios como gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e garantia de padrão de qualidade entre outros para que, em linhas gerais, o ensino oferecido conduza à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, formação para o trabalho e melhoria da qualidade do ensino, por exemplo.

Para a população em geral o cumprimento de alguns desses direitos e objetivos educacionais é de fácil constatação, pois eles se relacionam a valores absolutos, ou seja, não é necessário ser conhecedor de assuntos educacionais para compreender que o esperado, a cada edição do Censo Escolar, é que o número de analfabetos seja menor e o número de matriculados maior. Todavia, como verificar se está ocorrendo melhoria na qualidade

educacional ou, dito de outro modo, como verificar se a maioria da população tem uma educação de qualidade? A solução encontrada – e amplamente utilizada na atualidade – foi a de transformar o conceito de qualidade educacional em uma variável observável e passível de mensuração, ou seja, em indicadores estatísticos que permitam, ao leigo inclusive, estabelecer a relação direta de que quanto maior o valor absoluto do indicador maior qualidade ele representa.

A atual sociedade tem necessidade de quantificar, mensurar e finalmente racionalizar todas as atividades da vida humana para facilitar sua compreensão, todavia, este processo desconsidera elementos importantes para que possamos de fato compreender a atividade em questão. Deste modo, é possível que – no ímpeto de se alcançar a qualidade educacional, expressa nos indicadores IDESP, em conjunto com a obrigatoriedade de participação nas avaliações educacionais externas em larga escala, isso aliado a uma possível recompensa financeira e a repercussão dos resultados junto a diferentes segmentos da sociedade – os envolvidos direta ou indiretamente com as escolas públicas paulistas de ensino regular aceitem que o indicador IDESP representa qualidade educacional. A partir deste fato, implantar, portanto, práticas escolares que contribuam para a melhoria – mesmo que apenas em valores absolutos – do IDESP torna-se, para este público, plenamente racional e, a este cenário, somem-se outros dois importantes aspectos:

Primeiro que ao definir o IDESP como *“indicador que mede a qualidade das escolas”* (SÃO PAULO, 2009, p1) a SEE-SP desconsidera vasta produção acadêmica sobre o tema que reiteradas vezes apresenta o conceito de qualidade educacional como um conceito com grande diversidade de significados, condicionados a fatores ideológicos e políticos e que variam de uma sociedade para outra (UNESCO, 2007) ou, como destacam Dourado e Oliveira (2009) sobre a necessidade de clareza, quanto às dimensões e fatores, a ser considerada para se analisar a qualidade educacional. Oliveira (2006), por sua vez, alerta que nem a atual Constituição Federal estabelece em que consistiria ou quais elementos integrariam o padrão de qualidade do ensino brasileiro, ou seja, se não temos claro o que é ensino de qualidade como afirmar que está presente ou não ou ao menos mensurá-lo?

Segundo que se encontram disponíveis diversas produções que, entre outras informações, apontam limitações e desdobramentos na utilização dos indicadores estatísticos no campo educacional brasileiro. Gatti (2009), por exemplo, ao descrever a trajetória das políticas de avaliação externa no Brasil e a produção de indicadores estatísticos a partir das mesmas, afirma que um dos maiores desafios é a dificuldade observada nos gestores escolares

tanto na interpretação dos indicadores presentes nos documentos oficiais, bem como a utilização pedagógica dos mesmos nas escolas. A perpetuação de tal situação é descrita em recente pesquisa realizada com gestores escolares do Espírito Santo e Ceará (ALVARSE, de BLASIS e FALSARELLA, 2013) cujo objetivo foi o de identificar o conhecimento e utilização dos indicadores da Prova Brasil por parte de gestores educacionais das redes públicas municipais.

Desse modo, pode-se inferir que a sociedade necessita de indicadores estatísticos para se posicionar quanto às políticas educacionais vigentes; que a SEE-SP estabelece arbitrariamente quais são estes indicadores e que os gestores escolares e os docentes com um conhecimento limitado sobre o que expressam estes indicadores decidem e executam aquilo que consideram ser os métodos e procedimentos mais indicados para tornar eficiente o processo de ensino e aprendizagem. Dito de outro modo, qualquer discussão a respeito de gestão democrática, autonomia escolar, currículo escolar ou didática entre outros temas fundamentais para o campo educacional sucumbem frente ao cumprimento de metas estatísticas.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

O objetivo aqui é destacar que o modo como os resultados IDESP são divulgados pela mídia e pela SEE-SP influencia diretamente gestores escolares e docentes na definição de práticas escolares, apresentar quais são algumas destas práticas e tecer algumas considerações. Nesse sentido, foram analisadas e organizadas as informações obtidas com a participação em diversas reuniões pedagógicas realizadas em quatro (4) escolas da rede pública paulista de ensino regular de um município do interior do Estado que atendem simultaneamente o ensino fundamental ciclo II e o ensino médio; possuem aproximadamente 800 alunos matriculados em cada escola; tanto a equipe gestora como o corpo docente apresentam pouca rotatividade e, de modo especial, apresentam indicadores IDESP muito distantes entre si.

Quanto à divulgação dos resultados pela mídia cabe ressaltar que, em geral, limita-se a informações pontuais no período em que os resultados são disponibilizados pela SEE-SP e por mais um breve período subsequente, o que resulta num significativo impacto junto à sociedade, todavia de modo sazonal. A SEE-SP, por sua vez, disponibiliza em seu endereço

eletrônico oficial notícias referentes ao IDESP, porém, disponibiliza um boletim de resultados de cada escola com vistas a subsidiá-las no cumprimento das metas estabelecidas, entretanto, um simples acesso ao referido endereço eletrônico possibilita identificar a necessidade de um conhecimento prévio para se chegar aos dados de qualquer escola.

Quanto às reuniões pedagógicas, ocorreram no período de 2008 a 2011; o pesquisador participou em algumas como professor, em outras como gestor e em outras ainda como palestrante. As reuniões utilizaram como referência as informações oficialmente disponibilizadas pela SEE-SP por meio dos boletins de resultados citados anteriormente e resumiam-se à apresentação dos resultados da escola, comparação dos resultados da escola com as demais dependências administrativas, levantamento dos possíveis fatores que contribuíram para a obtenção do índice e definição de práticas (preferencialmente de implantação imediata) para melhorar o IDESP.

Os registros de observação obtidos com a participação nas referidas reuniões pedagógicas permitiram, entre outras possibilidades, captar alguns dos fatores que influenciaram docentes e gestores na proposição ou definição de práticas escolares, entendidas aqui como o conjunto de práticas administrativas e pedagógicas, e elencar as práticas escolares mais comuns propostas pelas escolas para o cumprimento das metas IDESP anualmente estabelecidas pela SEE-SP para cada escola.

CONSIDERAÇÕES REFERENTES AOS FATORES QUE INFLUENCIARAM AS PROPOSTAS E DECISÕES

Certamente, tanto os professores como os gestores de cada escola participaram destas reuniões munidos de diversas e significativas informações referentes aos muitos aspectos que constituem o cotidiano escolar, todavia, foi possível identificar por meio de diversos discursos que o cumprimento da meta IDESP proposta pela SEE-SP e a ampla divulgação destes resultados são determinantes em suas decisões.

De modo geral, os gestores escolares sentem-se pressionados pelos representantes da Diretoria de Ensino que, independentemente do cumprimento ou não da meta proposta, têm clareza de que os indicadores da escola encontram-se distantes daquilo que a SEE-SP considera como o ideal; pela comunidade escolar que, mesmo não tendo clareza do que o

IDESP representa, tem informações de que outras escolas do mesmo município possuem um IDESP mais elevado; pelos professores que além dos objetivos relativos ao processo de ensino e aprendizagem, aguardam o recebimento de uma recompensa financeira, por parte do Estado, denominada de bônus merecimento, e por alguns alunos que questionam o motivo de outras escolas apresentarem resultados melhores se comparados aos da escola que frequentam.

Os professores, por sua vez, sentem-se pressionados pelos gestores escolares no sentido de garantirem a melhoria do IDESP e, caso isto corresponda à aprendizagem efetiva dos alunos, melhor ainda; pela comunidade escolar por depositarem nos professores grande parcela de responsabilidade pelo sucesso escolar dos alunos; pelos pares que atribuem principalmente aos professores responsáveis pelos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática o cumprimento ou não do IDESP e conseqüente recebimento ou não do bônus merecimento, e por alguns alunos que atribuem diretamente aos professores os resultados obtidos. Em outras palavras cumprir as metas IDESP não corresponde apenas a atender as expectativas da SEE-SP, independente do que o IDESP de fato representa, corresponde à construção e manutenção de um ambiente de trabalho em que as relações entre os diferentes atores da escola estão apaziguadas, independente de seus desdobramentos.

Em linhas gerais é possível afirmar que, tanto os gestores escolares como os professores das escolas pesquisadas, têm o desempenho de suas funções fortemente influenciado por superiores imediatos, subordinados, pares, comunidade escolar e uma possível premiação financeira em forma de bônus merecimento. É possível afirmar também que a grande preocupação de todos os envolvidos residia na repercussão dos resultados obtidos e não na eficiência pedagógica dos meios, estratégias e procedimentos utilizados ao longo do ano letivo, daí a opção pelas práticas escolares descritas a seguir.

CONSIDERAÇÕES REFERENTES ÀS PRÁTICAS PROPOSTAS E SELECIONADAS

De modo geral, observa-se que as decisões mais citadas, em todas as reuniões, e posteriormente transformadas em práticas escolares foram as de determinar, após a divulgação do boletim IDESP do ano anterior, a quantidade de alunos que pode ser retida no

ano em curso (fluxo escolar) e a de realizar ou ampliar o número de simulados de avaliações externas (desempenho nos testes padronizados).

Quanto à definição da quantidade de alunos que pode ser retida no ano em curso observou-se a construção e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle diário da frequência do aluno. O Diário de Classe mostrou-se insuficiente para o acompanhamento diário da frequência do aluno, visto que suas informações, quanto à ausência dos alunos será, na melhor das hipóteses, discutida depois de seguidas ausências do mesmo. Observou-se também maior utilização do recurso de compensação de ausências, ou seja, uma prática até então raramente utilizada pelas escolas observadas, ou utilizada apenas no último bimestre letivo e não aceita por parte dos professores, porém, prevista legalmente, passa a ser utilizada sem resistências.

Quanto à realização dos simulados observou-se que todas as escolas incluem em seu planejamento anual uma série de simulados com o intuito de preparar os alunos para as avaliações externas em larga escala e, de modo especial para as avaliações do Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), e estes simulados recebem variadas e curiosas denominações, como por exemplo, “Sarespinho”, “Preparação para o SARESP” e “Simulado do Saresp”. Todavia, merece atenção a quantidade de simulados planejados e realizados por escola, já que em vários casos mantiveram, inclusive, os chamados “provões”. Dada a complexidade para a elaboração dos simulados ocorre, com regularidade, a utilização de itens de edições anteriores dessas avaliações para elaboração dos simulados o que pode ser descrito como treinamento para estas avaliações.

Outra característica a ser ressaltada refere-se ao fato de que para a elaboração dos instrumentos de controle de frequência ou dos simulados são utilizados, principalmente, os Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), ou seja, o espaço destinado a discussões referentes ao processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos da escola é utilizado somente para a organização e correção dessas atividades que envolvem apenas parte dos alunos da escola, uma vez que participam destas avaliações apenas os alunos matriculados nas últimas séries do ensino fundamental ciclo I e II e do ensino médio presentes nos dias das avaliações.

Vale ressaltar ainda que a escolha das práticas escolares ocorreu praticamente sem questionamento por parte de docentes e gestores escolares e que todos os envolvidos tinham conhecimento de que os procedimentos necessários para a efetivação das referidas práticas não contribuiriam em nada para o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, todos os envolvidos seriam prejudicados, todavia, vislumbravam uma possibilidade ampliada de

cumprimento de metas IDESP, independentemente do que isto possa significar. A considerar, como exposto anteriormente, que a grande maioria dos profissionais envolvidos não pode ser considerada iniciante no Magistério, pode-se inferir que todas as decisões foram tomadas conscientemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa referida neste artigo (GESQUI, 2013) é o de verificar a redução do conceito de qualidade educacional por meio das avaliações educacionais em larga escala, mais especificamente, por meio dos indicadores IDESP. Tema que tem gerado inquietação socioeducacional nos últimos tempos por parte de educadores, porém, é frequentemente esquecido por parcela significativa dos profissionais da educação que tendem, consciente ou inconscientemente, a afirmar que esses indicadores expressem qualidade educacional. Outros objetivos da pesquisa, que são temas desse artigo, foram atendidos, a saber, verificar se o modo como os resultados IDESP são divulgados pela mídia e pela SEE-SP influenciam gestores escolares e docentes na definição de práticas escolares, e quais são estas práticas.

No que corresponde às considerações referentes aos fatores que influenciaram as propostas e decisões podemos acrescentar as considerações de Gatti (2009) e Brooke (2006). Gatti afirma que a mídia, de modo geral, destaca os melhores e piores resultados, o que acaba por polarizar as discussões frente ao que, de fato, os indicadores expressam. Brooke, por sua vez, enfatiza que os mecanismos de responsabilização presentes nas atuais políticas educacionais estabelecem um ambiente que não permite identificar os principais fatores de sucesso ou insucesso das ações propostas. Nesse sentido pode-se inferir que, tanto a divulgação na grande mídia como a veiculada pela SEE-SP, resultam em mecanismos que transferem para os gestores escolares e professores a total responsabilidade pelos resultados IDESP, o que não procede.

A análise das considerações referentes às práticas propostas e selecionadas aponta para o fato de que temas recorrentes no ambiente escolar, em especial nos HTPCs, até poucos anos, entre os quais: as dificuldades de aprendizagem de alguns alunos, a troca de experiências profissionais de sucesso, melhores possibilidades de utilização das condições

objetivas da escola em prol do processo de ensino e aprendizagem, estratégias para aproximação dos pais e responsáveis da vida escolar do aluno e quantidade de alunos por sala, estão presentes cada vez menos nestes espaços, todavia, tornam-se recorrentes no cotidiano escolar a utilização e aperfeiçoamento de mecanismos que priorizam o atendimento de interesses que estão além dos educacionais e são definidos por Ball (2005) como mecanismos de preformatividade.

A produção e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de frequência dos alunos bem como a elaboração, aplicação e correção dos simulados compuseram o tema central da maioria dos HTPCs nas escolas observadas, mesmo com a existência de uma pauta oficial para cada reunião elaborada pelo professor coordenador. Para cada simulado, o procedimento praticamente comum era o de preparar os alunos no dia que antecede o simulado, dispensá-los após a realização do simulado e apresentar o resultado na primeira oportunidade. Dessa mesma forma, questiona-se como são contemplados os demais conteúdos e componentes curriculares previstos para aquela turma, visto que ao término do ano letivo os registros oficiais da escola apontam para o cumprimento de todas as atividades programadas.

A análise em conjunto dos dois procedimentos permite inferir que o IDESP define, ao menos para as escolas públicas estaduais de ensino regular, o que é e como mensurar qualidade educacional; que estas escolas e aqueles ligados direta ou indiretamente a elas não questionam esta definição; que estas escolas instalam e incentivam práticas escolares que buscam cumprir metas mesmo sem respaldo teórico que relacione o cumprimento das metas à aquisição ou ampliação da qualidade educacional. Também permite questionar se a função da escola pública de ensino regular em nossos dias resume-se apenas a assegurar a manutenção dos alunos dentro de seus muros por um mínimo de 75% de cada ano letivo e estimular sua participação nas avaliações educacionais externas em larga escala quando solicitado.

Certamente a função da escola pública de ensino regular é voltada também para a formação do indivíduo e não apenas à utilização desses indivíduos para o aperfeiçoamento de instrumentos de controle social. A construção de uma escola pública de qualidade necessita de diferentes avaliações em diferentes situações, pois dessa forma pode rever suas práticas, agregar qualidade a seu produto e prestar contas à sociedade quanto ao cumprimento de suas atribuições, porém, reduzir todo o trabalho escolar apenas ao que expressam os indicadores estatísticos obtidos nas avaliações externas em larga escala significa afirmar que esta sociedade necessita que a maioria de seus indivíduos apenas permaneça, durante o período da educação básica, dentro das escolas.

A considerarmos a situação exposta, podemos inferir que um dos maiores desafios para a atual escola pública reside no fato de recuperar no cotidiano escolar a busca pelos melhores métodos, técnicas e procedimentos com vistas a obter um efetivo processo de ensino e aprendizagem em que todos os envolvidos (professores, gestores e alunos) caminhem para uma emancipação e não para o simples adestramento, todavia, o primeiro e talvez mais importante passo necessário para essa emancipação deve ser dado no sentido dos profissionais envolvidos, e em especial os docentes e gestores escolares, abandonarem a apatia crítica observada nas escolas pesquisadas.

ABSTRACT: The large-scale educational assessments seek to contribute to the management of schools, providing them with, for example, information concerning the flow and academic performance of students. Search with that boost educational quality expressed on its indicators. However, it was observed through participation in educational meetings in four Paulistas public mainstream schools in the period 2008-2011, the results of these assessments are crucial in defining school practices effected by school administrators and teachers in the everyday school. Press, higher levels of administration, peers and school community are pushing these professionals for meeting the targets of Development Index of the State of São Paulo Education (IDESP) established annually by the Secretary of Education of São Paulo (SEE-SP) and the most frequent school practices effect function of this pressure are the overuse of simulated external assessments and the promotion of students to the next grade from the record of their attendance within the limits established by law. The control promoted by the diffusion of large-scale assessments and produces referenda school practices that militate against the process of teaching and learning and makes school administrators and teachers hostage in the results of these evaluations.

Keywords: Evaluation scale. School management. Public school

RESUMEN: Las evaluaciones educativas a gran escala buscan contribuir a la gestión de las escuelas, proporcionándoles, por ejemplo, la información sobre el flujo y el rendimiento académico de los estudiantes. Buscar con la calidad de la educación impulso expresado en sus ventanas. Sin embargo, se observó a través de la participación en las reuniones educativas en cuatro escuelas regulares públicas Paulistas en el período 2008-2011, los resultados de estas evaluaciones son cruciales en la definición de las prácticas escolares realizadas por los administradores escolares y maestros en el día a día escuela. Pulse, los niveles más altos de la administración, los compañeros y la comunidad escolar están empujando a estos profesionales para alcanzar los objetivos de índice de desarrollo del Estado de São Paulo Educación (IDESP) establecida anualmente por el Secretario de Educación de São Paulo (SEE-SP) y las más frecuentes las prácticas escolares efecto la función de esta presión son el uso excesivo de las evaluaciones externas simuladas y la promoción de los estudiantes al siguiente grado a partir del registro de su asistencia dentro de los límites establecidos por la ley. El control promovido por la difusión de las evaluaciones a gran escala y produce prácticas escolares referendos que militan en contra del proceso de enseñanza y aprendizaje y hace que los administradores escolares y maestros como rehenes en los resultados de estas evaluaciones.

Palabras clave: Evaluaciones a gran escala. Gestión escolar. Escuela pública.

REFERÊNCIAS

ALVARSE, O. M.; de BLASIS, E.; FALSARELLA, A. M. **Avaliação e Aprendizagem: avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e gestão do ensino.** São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.

BALL, S. Performatividade, privatização e o pó-estado do bem estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n. 89, p.1105-1126, set. dez.2004. ISSN: 1678-4626. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa.** Ago 2006, v.36, n.128, p.377-401.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES.** V.29. p. 201-215. 2009.

GATTI, B. A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo- Revista de Ciências da Educação.** Lisboa, n.9, p.7-17. 2009.

GESQUI, L. C. O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo: a materialização da racionalidade tecnológica. **Tese** (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Orientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Giovinazzo Junior.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. **Programa de qualidade na escola.** 2009.

OLIVEIRA, R. P. Estado e política educacional no Brasil: desafios do século XXI. **Tese de Livre Docência.** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____; ADRIÃO, T. (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB.** 3ª.ed. São Paulo: Xamã, 2007.

TOKARNIA, M. Mec: matrículas na educação básica caíram 1% de 2012 a 2013. **Agência Brasil**, Brasília, 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em 03 abr. 2014.

UNESCO. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos.** Brasília: Unesco\ Orelac. 2007.138p.